



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro

INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA
O MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E
COMUNICAÇÕES

Eng.º Mário Lino

por ocasião da

Apresentação das Orientações Estratégicas para o Sector
Ferroviário

Lisboa, 28 de Outubro de 2006

(vale a versão lida)



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro

Senhora Secretária de Estado dos Transportes,
Caros colegas do Governo,
Senhores Presidentes da REFER e da CP,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Hoje, com a apresentação das Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, damos mais um passo no caminho que definimos no Programa de Governo para o sector dos Transportes.

Definimos, desde início e com clareza, que deveria ser retomada uma prática de planeamento dinâmico e sistemático do sector, em articulação com os outros sistemas de incidência territorial, permitindo tomadas de decisão adequadas de investimento e exploração.

E este é o caminho que escolhemos porque é o mais adequado a um sector como o dos Transportes, em que cada decisão presente tem um enorme peso para o futuro. A intervenção há pouco feita pelo Dr. Gilberto Gomes sobre os 150 anos do Caminho de Ferro em Portugal ilustra bem este facto.

E a responsabilidade que temos enquanto gestores da *causa pública* é, justamente, a de tomarmos decisões no presente que garantam o futuro das gerações vindouras.

Por isso, apostamos numa política integrada para o sector dos Transportes, tendo em conta as suas várias vertentes, recusando decisões casuísticas relativas a cada modo de



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro

transporte e rejeitando duplicações de investimentos públicos, que são inaceitáveis num País com reconhecidas dificuldades financeiras e orçamentais.

A importância estratégica da mobilidade nas sociedades modernas é hoje generalizadamente reconhecida e assumida nas políticas de desenvolvimento, seja a nível nacional, seja a nível da UE ou a nível mundial. A segurança, o conforto, a rapidez, a regularidade, o respeito pelo ambiente, a satisfação das necessidades das populações e das actividades económicas são valores que devem presidir às políticas de mobilidade, assim como a sustentabilidade económica e financeira e a boa qualidade dos serviços prestados aos utilizadores são valores que devem presidir à boa gestão dos sistemas de transportes.

E o planeamento é o único instrumento possível para promover uma política integrada de transportes, em que se garanta a intermodalidade e a máxima eficiência de cada um dos modos.

Daí a decisão que tomei de promover a elaboração de planos sectoriais para o sector dos Transportes, com o objectivo de definir orientações estratégicas para o futuro que estamos a construir.

Neste sentido, o Governo teve já a oportunidade de apresentar publicamente as Orientações Estratégicas para os sectores Logístico e Aeroportuário, documentos da maior relevância e que, reconhecidamente, representam importantes quadros de referência para os agentes dos respectivos sectores e para o País de uma maneira geral.



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro

Permitam-me que, a propósito destes dois documentos, destaque aqui hoje o seguinte:

- O Portugal Logístico representa o primeiro plano consistente e sustentado para o desenvolvimento do Sistema Logístico Nacional, factor chave para o aumento da competitividade da nossa economia, promovendo a racionalização das cadeias de transporte e conferindo a estas elevado valor acrescentado;
- O Sistema Aeroportuário tem hoje definida uma ambição e objectivos claros, que passam por assegurar ao País as infra-estruturas aeroportuárias necessárias para as próximas duas ou três décadas que permitam, para além da garantia de complementaridade com outras infra-estruturas de transportes, facilitar a competitividade das empresas portuguesas e inserir o território Português numa rede mundial de transportes.

E se relembro hoje aqui, ainda que de forma sumaríssima, as Orientações Estratégicas para os sectores Logístico e Aeroportuário, é porque considero que constituem dois excelentes exemplos da importância que damos ao planeamento estratégico e da ambição que temos para o nosso País: Garantir o melhor posicionamento de Portugal em termos de sistemas de transportes no contexto europeu e mundial.

É essa mesma lógica que preside à elaboração das Orientações Estratégicas para o sector Ferroviário, hoje aqui apresentadas pela Senhora Secretária de Estado dos Transportes a quem publicamente quero transmitir o meu grande apreço pela forma empenhada, competente e eficiente com que conduziu este processo. É essa também a lógica que está



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro

subjacente à elaboração das Orientações Estratégicas relativas ao sector marítimo-portuário que serão apresentadas antes do final deste ano.

Mas, queremos ir ainda mais longe no capítulo de planeamento e definição de uma política integrada para o sector dos Transportes.

Neste sentido, e concluídas as apresentações dos cinco planos sectoriais, iremos proceder à elaboração de um Plano Global de Infra-Estruturas de Transportes, que constituirá um documento de excepcional alcance, norteado por uma visão integrada e otimizada, com vista a estabelecer as grandes opções estratégicas para o sector dos Transportes em Portugal num horizonte de médio/longo prazo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Não podia haver melhor forma de comemorar o dia de hoje, em que se celebram os 150 anos do caminho-de-ferro em Portugal: falar do futuro do sector ferroviário!

O sector ferroviário é um elemento estruturante do sistema de transportes e do território, assumindo uma importância crescente para a mobilidade de pessoas e bens e é um factor de promoção da coesão económica e territorial.

A importância do transporte ferroviário é tal, que não há instrumento de definição de política nacional que a ele não se refira; Permito-me destacar a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, o Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território e o Plano Nacional para as Alterações Climáticas.



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro

Também o sucesso das políticas de transportes propostas pela Comissão Europeia está indissociavelmente ligado ao reequilíbrio dos modos de transporte e à revitalização de modos alternativos, nomeadamente à revitalização do caminho-de-ferro.

Assim, a União Europeia tem tido uma política de inequívoco apoio ao desenvolvimento do caminho-de-ferro, tendo como objectivo a criação progressiva de um espaço ferroviário europeu integrado, interoperável e com garantia de acesso a todos os operadores.

É, pois, tempo de afirmar com clareza que Portugal vê no sector ferroviário uma prioridade e, como tal, tem uma linha de rumo clara.

E esse rumo tem objectivos estratégicos quantificados e acções prioritárias com um horizonte até 2015, prevendo-se igualmente mecanismos de acompanhamento e revisão.

Assim, definimos o seguinte quadro de objectivos estratégicos para o sector ferroviário:

- Melhorar a acessibilidade e a mobilidade, de modo a que daí decorra uma quota de mercado relevante;
- Garantir padrões adequados de segurança, de interoperabilidade e de sustentabilidade ambiental;
- Evoluir para um modelo de financiamento sustentável e promotor da eficiência;
- Promover a investigação, o desenvolvimento e a inovação.



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro

A propósito deste último objectivo, vale a pena salientar que os grandes projectos de investimento em curso, designadamente o da Alta Velocidade constituem, por um lado, uma excelente oportunidade para a participação da inteligência e das empresas portuguesas neste domínio, assim como para o aprofundamento dos seus conhecimentos e experiência.

Para alcançar este conjunto de objectivos, definimos acções prioritárias, das quais quero realçar:

- O novo enquadramento institucional do sector ferroviário, com a criação de uma única entidade de regulação, fiscalização, coordenação e planeamento dos transportes terrestres, o IMTT;
- A hierarquização e classificação da rede ferroviária, determinada por critérios funcionais, e que permite associar a cada um dos níveis hierárquicos da rede um patamar tecnológico e níveis de serviço mínimos;
- A incumbência à CP de apresentar um plano de investimentos que viabilize as acções determinadas tendo por objectivo aumentar a quota de passageiros e mercadorias transportadas;
- A adequação do plano de investimentos da REFER à necessidade de garantir:
 - a integração entre a rede convencional e a futura rede de Alta Velocidade;
 - a articulação com a rede nacional de plataformas logísticas;
 - a melhoria das ligações aos portos principais; e
 - o reforço da interoperabilidade, da segurança e da sustentabilidade ambiental.



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro

Quero, ainda, sublinhar a importância que atribuímos à concretização da Rede de Alta Velocidade, cujo projecto assenta nos eixos prioritários Lisboa – Madrid, para tráfego misto, e Lisboa – Porto, para o tráfego de passageiros, que deverão estar concluídas em 2013 e 2015, respectivamente.

A concretização destes eixos segue de acordo com os calendários estabelecidos pelo Governo em Dezembro do ano passado, havendo mesmo algumas acções cuja execução foi antecipada, como a definição:

- da entrada e da localização da estação no Porto;
- dos corredores de acesso a Coimbra;
- dos dois corredores da zona de Leiria, já entregues no Instituto do Ambiente para efeitos de Avaliação de Impacte Ambiental, correspondentes a 120 Km (aproximadamente 40% do traçado Lisboa-Porto);
- da solução para a OTA;
- da entrada em Lisboa;
- dos traçados alternativos para Lisboa-Caia; e
- um modelo para a ligação Porto-Vigo que permite antecipar a sua concretização.

E esta é a maior prova da determinação do Governo em concluir este projecto dentro prazos anunciados, sem deslizamentos, porque é decisivo para o nosso futuro.

A próxima Cimeira Ibérica, a realizar no próximo mês, já não se limitará, em matéria de Alta Velocidade, à redefinição de calendários, mas constituirá mais uma oportunidade para



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro

Portugal e Espanha continuarem a dar passos concretos no desenvolvimento deste projecto estruturante para os dois países e para a Europa.

Quero ainda anunciar que, no próximo ano, vamos lançar um concurso de ideias para escolher um nome português e o respectivo logótipo para o nosso sistema de Alta Velocidade, já que a designação comercial de origem francesa “TGV” não me parece adequada para o efeito.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

As Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, hoje aqui apresentadas, são um documento que se quer participado.

Por isso, decidimos submeter o documento a consulta pública até ao próximo dia 30 de Novembro.

Esta é a forma de estar deste Governo: decidimos, mas queremos e sabemos ouvir. Temos uma cultura de decisões participadas e sustentadas técnica e financeiramente.

Aguardamos os contributos de todos. Estamos, por isso, como diz o lema desta sessão, **em linha com o futuro!**

Muito obrigado.